



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA (HOSPITAL SOROCABANA)

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 29 DE NOVEMBRO DE 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Boa tarde a todos os presentes.

Daremos início à audiência pública requerida nos termos do Requerimento nº 36 com o seguinte teor: “Sr. Presidente da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo, considerando que o Hospital Central Sorocabana se encontra desativado desde setembro de 2010; considerando que em face da edição do Decreto Legislativo nº 62 de 2011 optou-se pela retomada do imóvel em que se encontra instalado o referido hospital pela Fazenda Pública do Estado e por sua municipalização mediante entendimento entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo sem a intermediação da Associação Beneficente dos Hospitais Sorocabana-ABHS; considerando a recente edição da Portaria nº 2.492 de 25 de outubro de 2011 por meio da qual o Ministério da Saúde excluiu do programa de reestruturação e contratualização dos hospitais filantrópicos e suspende a transferência de recursos financeiros da União à ABHS; considerando a existência de passivos trabalhistas com os antigos funcionários do hospital; considerando que nos holerites dos trabalhadores aposentados da Fepasa processados pela Prodesp continuam sendo feitos descontos mensalmente de valores destinados à ABHS; considerando a necessidade de agilizar a retomada do funcionamento do Hospital Central Sorocabana como hospital geral com pronto-socorro aberto à demanda de toda a região Oeste da Cidade por meio de plano de operacionalização dos serviços que inclua a participação em sua formulação e controle de todos os setores interessados requeiro a V.Exa, nos termos regimentais, e tendo em vista o relevante interesse público envolvido seja realizada pela Comissão de Administração Pública audiência pública destinada a discutir junto à população e autoridades competentes os aspectos que constam desses considerandos, em especial as providências em curso para a reabertura do hospital e a garantia dos direitos dos envolvidos. Em sendo aprovado o presente requerimento como de fato foi, proponho que sejam convidados a participar da audiência pública o Secretário de Estado da Saúde; o Presidente da Companhia de Processamento de

Dados do Estado de São Paulo – Prodesp; o Secretário Municipal de Saúde; o Conselho Municipal de Saúde; o Conselho Estadual de Saúde e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Sorocabana.”

Esse Requerimento de nº 36 foi aprovado e, em razão disso, estamos hoje realizando esta audiência pública.

Na qualidade de membro da Comissão de Administração Pública e com a delegação feita a mim pelo presidente da Comissão, Vereador Eliseu Gabriel, declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública desta comissão realizada no dia de hoje, 29 de novembro de 2011, que terá como tema o debate a respeito dos aspectos referentes à reabertura do Hospital Central Sorocabana e a garantia dos direitos dos envolvidos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Para compor a Mesa convido os Srs: Dra. Renata Gomes dos Santos, representante da Secretaria de Estado da Saúde e assessora jurídica do gabinete do Secretário Giovanni Guido Cherri; Dr. Domingos Costa Hernandez, representante da Secretaria Municipal de Saúde, coordenador de urgência e emergência e também compõe o gabinete do Secretário Januário Montone; Agostinho Gonçalves, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Fepasa; Frederico Lima, coordenador do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo; Cícera, representando o Conselho Estadual de Saúde de São Paulo.

Convidei o Dr. Maurício Farias, Conselheiro do Tribunal de Contas do Município e se vier será convidado a compor a Mesa.

Convidamos também o presidente da Prodesp que nos respondeu da seguinte forma: “Na qualidade de Diretor Presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp, tenho a honra de cumprimentá-lo e na oportunidade dirigir-me a V.Exa. para agradecer o convite formulado para participar de audiência pública a se realizar no próximo dia 29 de novembro para debater a respeito dos aspectos referentes à reabertura

do Hospital Central Sorocabana. No entanto, estaremos impossibilitados de comparecer por compromisso anteriormente agendado. Com os nossos protestos de estima e consideração, firmamo-nos, Célio Fernando Bozola”.

Tendo recebido essa mensagem do diretor presidente da Prodesp entrei em contato com o Secretário da Casa Civil e pedi-lhe que intercedesse junto à Prodesp para que na impossibilidade da vinda do diretor presidente algum outro membro participasse desse evento compondo a Mesa. Entretanto, não obtive resposta nem da Secretaria da Casa Civil e tampouco da própria Prodesp. Então, pergunto se há algum representante da Prodesp que não é o seu diretor presidente? (Pausa) Não havendo representante, estudaremos uma maneira de mantermos contato com a Prodesp.

Seguiremos o seguinte roteiro: em primeiro lugar, vou expor os objetivos desta audiência pública; em segundo lugar, as falas dos nossos convidados e em um terceiro momento, as pessoas que quiserem fazer uso da palavra poderão se inscrever junto ao João, assessor da Comissão de Administração Pública. Posteriormente, haverá a fala dos Srs. Vereadores presentes e ao final, os encaminhamentos que daremos a partir desta audiência pública.

Esclarecendo os objetivos desta audiência pública, ela não se confunde com a atividade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Todos sabem que a Câmara Municipal de São Paulo deverá decidir em fevereiro se instalará ou não uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar o funcionamento do Hospital Sorocabana e a destinação de recursos públicos da União, do Estado e do Município de São Paulo ao Hospital Central Sorocabana. Isso é assunto da Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito tem a prerrogativa de convocar, requerer documentos e fazer investigações, inclusive, de ter poder de polícia. Não é o caso de uma audiência pública.

A audiência pública de hoje foi chamada para discutirmos como está o processo de retomada do imóvel do Hospital Sorocabana pela Fazenda do Estado e pelo Governo do Estado de São Paulo em articulação com a Secretaria de Estado da Saúde; como estão sendo feitas as tratativas entre o Governo do Estado e a Prefeitura de São Paulo com vista à municipalização do Hospital Central Sorocabana e qual a proposta que se tem no momento de reabertura do hospital, considerando prazos, proposta de funcionamento do hospital e mecanismos previstos de participação de todos os segmentos interessados nessa discussão sobre o perfil do Hospital Central Sorocabana, da sua reabertura e de como será posto em funcionamento em benefício da população, sobretudo da região Oeste de São Paulo.

Dito isso e sabendo os nossos objetivos, passo inicialmente a palavra à Dra. Renata Gomes dos Santos, representante de Estado da Saúde a quem agradeço a presença nesta audiência pública.

A SRA. RENATA GOMES DOS SANTOS – Obrigada. Boa tarde a todos os presentes. Cumprimento todos da Mesa. Sou assessora do Secretário de Estado da Saúde e vim falar a respeito do Hospital Sorocabana que, neste momento, está tendo uma ação de reintegração de posse por parte da Fazenda do Estado.

No ano de 2007, detectamos um problema no Hospital Sorocabana porque o imóvel pertence ao Estado e foi doado ao Hospital Sorocabana; só que a doação feita pelo Estado tinha condicionantes. A condição era de que o Hospital Sorocabana se mantivesse em funcionamento, não mudasse os seus estatutos sem prévia consulta da Secretaria de Estado da Saúde e não fizesse recair sobre o imóvel ora doado nenhuma penhora, nenhum arresto, nenhum ônus, nenhum gravame.

No ano de 2007 existiam ações contra o Hospital Sorocabana que colocavam em risco o imóvel. Nesse sentido desenvolvemos um trabalho junto com a Procuradoria Geral do Estado e o Hospital Sorocabana pagou a dívida que devia oriunda de uma ação que colocava

em risco a titularidade do imóvel e não foi necessária a retomada por parte do Estado, mas já existia um processo aberto.

Este ano, vimos que o Município de São Paulo tinha editado um decreto de utilidade pública sobre o imóvel e chamamos o Município para conversar uma vez que não seria necessário posto que o imóvel é de propriedade do Estado. Soubemos, então, que o Hospital Sorocabana não estava mais funcionando como um hospital, que mantinha lá apenas uma clínica de diálise terceirizada, de nefrologia e de hemodiálise e a Fazenda do Estado rapidamente propôs uma ação de reintegração de posse para que não precisasse pagar, o Poder Público dispendeu dinheiro duas vezes fazendo uma ação de desapropriação sendo que o imóvel é do Estado. Essa ação de reintegração de posse por parte do Estado foi proposta e a gente pediu, liminarmente, a posse. O Juiz concedeu a posse ao Estado, só que não concedeu a posse integral do imóvel. Ainda está pendente a parte da clínica de nefrologia e de hemodiálise. Temos conversado com a clínica e vamos conseguir a posse do Estado integralmente.

Embora essa posse que possuímos hoje não seja definitiva, porque a ação judicial ainda não terminou, já iniciamos o processo para passá-la para o Município de São Paulo. Já há projetos, já desenhamos a nova forma de administração do Hospital. Então, neste momento, estamos discutindo em juízo. Acredito que dificilmente essa decisão vá ser revertida e que o imóvel volte ao Sorocabana. O imóvel está na posse precária do Estado, mas isso deve se confirmar no curso do processo, e já iniciamos os trâmites para passar esse imóvel para o município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a intervenção inicial. Passo a palavra para o SR. Domingos Costa Hernandez, que representa o Secretário Januário Montone e também o Secretário-Ajunto, Dr. José Maria Orlando. Ouviremos o Dr. Domingo, Coordenador de Urgência e Emergência da Secretaria.

O SR. DOMINGOS COSTA HERNANDES – Boa tarde a todos. Cumprimento o

nobre Vereador Carlos Neder, os demais membros da Mesa, pessoas presentes. Minha participação nesse processo do Hospital Sorocabana começou na vigência do último convênio, findado em 31/07/2010. Esse convênio era de 12 meses, assinado por determinação e autorização judicial, e fui indicado como membro do Conselho de Fiscalização, representando a Secretaria.

Esse convênio era no montante de aproximadamente 20 milhões de reais, por um ano, e assim que foi assinado, no início de setembro, por determinação do Secretário. Uma equipe, liderado por mim, foi ao Hospital, onde permanecemos durante 90 dias ininterruptos, procurando fazer um diagnóstico do que ocorria com aquela instituição em virtude de inúmeras denúncias, observações da imprensa. Por determinação do Secretário, produzimos um relatório da situação do Hospital Sorocabana. Esse relatório foi completado no início de 2010, exatamente dentro do prazo de 90 dias que nos foi dado. Esse relatório foi apresentado ao Secretário, que o aprovou e imediatamente o encaminhou para o Ministério Público para que fosse tomada ciência do que foi encontrado e das medidas sugeridas em virtude das dificuldades do prosseguimento da relação do SUS, da Prefeitura, com a Associação Beneficente, em virtude das suas dívidas, despesas e ônus desse Hospital. Porém, deixamos claro, de todas as formas, em todos os momentos, que a manutenção do serviço do Hospital Sorocabana era indispensável à população da Lapa.

A Secretaria não mediou esforços para tentar melhorar o convênio, a assistência à população daquela região da Lapa, onde, de fato, o Hospital tinha uma atuação importantíssima.

Essas tratativas foram feitas sempre mediadas pelo Ministério Público com os técnicos da Secretaria, com o Conselho Regional de Medicina, Conselho de Farmácia e a administração do Hospital, que, por força legal, é um hospital privado, pertencente à Associação Beneficente Hospital Sorocabana, até que o convênio findou-se em 31 de julho de 2010, sem que o Hospital manifestasse interesse em renovação, já que todas as tratativas por

parte da Secretaria Municipal de Saúde já haviam sido feitas no sentido de promover um termo, chamado Termo de Ajustamento de Conduta, por meio do qual o Hospital assumiria uma série de compromissos com melhoria da qualidade da assistência, e o município faria sua parte, renovando o convênio, sempre sob a supervisão do Ministério Público.

Todas as partes envolvidas estavam cientes, exceto a administração do Hospital Central Sorocabana.

Dessa forma, em 31 de julho o contrato venceu. Nesse meio tempo, como bem disse a Dra. Renata, houve um decreto de utilidade pública que, com tratativas das Secretarias Municipal e de Estado da Saúde, pediu a reintegração de posse uma vez que nós, no nosso relatório e nas informações passadas à Secretaria de Estado, demonstramos claramente que aquela instituição, naquele momento, não era mais tecnicamente um hospital.

Na cláusula de doação do terreno e do prédio feito pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo então Governador Ademar de Barros, existia como condicionante o funcionamento como hospital. Tecnicamente, demonstramos que, naquele momento, aquilo não era um hospital. Isso subsidiou a Secretaria de Estado a conseguir a reintegração de posse. E aí segue o que a Dra. Renata falou. Essa reintegração de posse está mantida. A clínica de hemodiálise que lá funciona tem um prazo razoável de saída. Ela já está orientada a deixar o espaço, são mais de 100 pacientes em programa de hemodiálise que têm de ser realocados. Teremos um espaço, em um futuro visível. Acredito que no início do próximo ano o Hospital estará completamente vazio. O único setor do hospital que se mantém aberto é esse, mas não tem nada a ver com a administração do hospital. Esse setor não é administrado pela Associação Beneficente do Hospital Sorocabana, e sim por uma empresa conveniada com o SUS para prestação de serviço de terapia renal substitutiva.

Dito isso, coloco-me à disposição para qualquer pergunta. Situei, mais ou menos, como foi a nossa participação lá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Obrigado, Domingos. Queria fazer uma

retificação. Na verdade, o Sr. Agostinho Gonçales representa os aposentados. Foi diretor do Hospital Sorocabana de Botucatu, um segundo hospital vinculado à BHS e interventor no hospital existente em São Paulo na região da Lapa.

Aproveito para perguntar se há algum representante oficial do Sindicato dos Trabalhadores da antiga Fepasa. Caso haja, peço que componha a nossa mesa de trabalho.

Passo a palavra em seguida ao Sr. Agostinho e peço escusas pela apresentação incorreta feita inicialmente.

O SR. AGOSTINHO GONÇALVES – Muito obrigado, Dr. Neder. Realmente, fomos diretor do Hospital de Botucatu e interventor escolhido pelos associados em São Paulo. E aqui tivemos condições de promover uma nova eleição. Tive o prazo de seis meses para essa providência. Foi o que fizemos.

Depois de assumida a nova Diretoria, o Hospital começou a encontrar uma série de dificuldades e, aos pouquinhos, foi se definhando, se acabando. Nós lamentamos isso, porque o associado do Hospital, muitos já com bastante idade, contavam com aquele recurso para sua assistência médica à sua saúde.

Lamentamos essa situação, e esse Hospital acabou se definhando, acabou com tudo, e o de Botucatu seguiu o mesmo rumo. Lá está sob intervenção da Prefeitura do Município, que pretende ficar com o prédio, não sei em que base, e como.

Aqui em São Paulo, lamentamos, porque é um prédio imponente, majestoso, que oferece segurança para a família ferroviária, composta de mais de 14 mil ferroviários, que foi se definhando e ficou na situação em que está hoje.

Felizmente, encontramos guarida na colaboração do Vereador que hoje toma as dores no Hospital do Sorocabana no sentido da sua reabertura. É importante para a região da Lapa, para a região Oeste de São Paulo.

Aquele Hospital viveu momentos de glória. Infelizmente hoje isso acabou. Lamenta-se pela família ferroviária. Era só.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Volto a insistir: Há algum representante do Sindicato dos Trabalhadores da antiga Fepasa? (Pausa) Quem é o representante?

- Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Então, não há uma representação oficial do Sindicato.

Quero informar que todos os 55 Srs. Vereadores foram devidamente convidados a participar desta audiência pública. E quero deixar a relação disponível para que todos possam observar que o convite foi entregue em cada um dos gabinetes, e, em vários casos, ao titular do mandato.

Convido a Sra. Cícera, componente do Conselho Estadual de Saúde, para se pronunciar.

A SRA. MARIA CÍCERA – Boa tarde a todos. Sou Maria Cícera, representante dos usuários do Conselho Estadual de Saúde. Moro na região Noroeste da cidade de São Paulo, e conhecemos muito bem o Hospital Sorocabana, pois éramos usuários há muitos anos, desde criança. E sabemos a perda que é um hospital daquele porte estar fechado.

Há alguns dias, estivemos em uma audiência – presentes dois representantes do Conselho Estadual, do Conselho Municipal, representantes dos ferroviários – com o nobre Vereador Carlos Neder e o Dr. José Guido, Secretário Estadual de Saúde. Nessa audiência abordamos a necessidade desse Hospital e um prazo para que ele seja reaberto, tendo em vista o compromisso que o Governo do Estado assumiu de solicitar de volta o terreno daquele Hospital, e em acordo com a Prefeitura Municipal para que o Hospital seja aberto. Dr. Guido disse-nos que ele estaria sendo aberto muito brevemente, e esperamos que seja rapidamente, porque a população da região Oeste e Noroeste de São Paulo está sendo muito penalizada com o fechamento desse Hospital.

Temos informações de que os próprios comerciantes daquela região A gente tem informação inclusive que os próprios comerciantes da região, que servem aquela

região da Lapa hoje estão em processo de quase falência porque o hospital está fechado e o grande público desses comerciantes seriam os usuários da saúde naquela região. Mais do que isso, o compromisso do Dr. Guido, da Secretaria Estadual de Saúde com a reabertura do hospital, junto com a Prefeitura de São Paulo, nos coloca numa situação que até gostaria de colocar que ele devolvendo, fazendo esse acordo com o município de São Paulo, esse hospital seria reaberto, mas reaberto como um hospital de retaguarda do Hospital das Clínicas e aí ia fazer uma discussão com o Governo do município de São Paulo e provavelmente esse hospital seria passado para uma das organizações sociais que hoje dominam praticamente toda saúde do município de São Paulo.

Eu queria colocar uma situação que para a gente é muito complicada. Acho que nós, usuários da saúde, trabalhadores da saúde, os ferroviários de maneira geral, não gostaria de ver um hospital daquele porte, que teve investido muito dinheiro, muito recurso público do Governo Municipal, do Governo Estadual e do Governo Federal, hoje se encontra fechado e a população desassistida. E, principalmente, a gente gostaria de acompanhar esse processo de reabertura do hospital e a gente gostaria que por muito importante que seja um hospital de retaguarda para o Hospital das Clínicas, eu, particularmente, acredito que os usuários, de maneira geral, não gostariam que aquele hospital se transformasse num hospital só de retaguarda. Aquele hospital é um hospital geral e a gente gostaria que ele fosse reaberto da mesma maneira que ele funcionava anteriormente, caso contrário a população da região Oeste vai continuar sendo penalizada. E a gente, enquanto Conselho Estadual e enquanto Conselho Municipal – eu acredito que o Frederico, em nome dos conselheiros municipais também deve pensar a mesma coisa – acho que gostaríamos de acompanhar todo esse processo, se for preciso se fazer uma audiência com o Secretário do Município, isso ainda não aconteceu, não é Vereador Neder, a gente deve estar marcando isso para fazer a discussão dessa reabertura e de que maneira será esse reabertura porque para a gente não basta só reabrir o hospital, tem que ser reaberto e tem que ser reaberto para que toda população seja atendida e que seja

um Sistema Único de Saúde de fato.

Uma outra coisa que foi discutida lá é uma impressão que eu tive, não discuti isso com ninguém, mas é a questão da situação dos funcionários que estão sendo descontados e a gente sentiu que o próprio Secretário de Saúde não tinha informação a respeito disso e falou que ia tomar as devidas providências, tomar as informações para saber o que acontece com que os funcionários e aposentados estão sendo descontados. A gente também gostaria que de fato essas coisas fossem esclarecidas, porque nós queremos que o serviço público, não só de saúde, mas todo serviço público, seja transparente, seja correto e que a população acompanhe, porque é dinheiro do povo e a gente precisa respeitar o dinheiro do povo. Eu, enquanto conselheira estadual, estou aqui junto com os aposentados, com os trabalhadores e com os usuários, porque nós queremos de fato que esse hospital seja reaberto e que seja o mais breve possível e que a gente quer acompanhar esse processo.

— Agora, não basta só isso também. Esta Casa Legislativa carece, porque foi investido muito dinheiro, o hospital está fechado, os funcionários estão ao Deus dará e a gente só vai ter condição de saber de fato o que aconteceu no Hospital Sorocaba com a abertura da CPI. Eu acho que nós, enquanto população, temos que lutar para o hospital seja reaberto e que seja aberta a CPI para apurar os fatos, caso contrário a gente fica devendo para a população e a gente que trabalha para que as coisas aconteçam não pode permitir que isso aconteça. Hoje estamos aqui e vamos ficar aqui o tempo inteiro, quantas audiências forem necessárias, mas a gente que fazer com esse negócio funcione de fato.

Era isso que eu tinha para falar. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Eu gostaria que você pudesse mencionar os eu nome completo.

A SRA. MARIA CÍCERA DE SALES – Eu me chamo Maria Cícera de Sales. Sou suplente do Conselho Estadual, representando o Movimento Popular de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – A Cícera fez referência a uma audiência que

nós tivemos com o Secretário de Estado da Saúde. Eu vou ler dois ofícios para vocês.

O Ofício nº 38.

- É lido o seguinte (Ofício nº 38)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Então, nós tivemos a audiência com o Secretário no dia 03, com a presença de uma comissão e no dia 04 de agosto esse documento foi encaminhado a ele.

Já no dia 14 de outubro eu encaminhei a ele o Ofício nº 53.

- É lido o seguinte (Ofício 53)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Leio agora ofício encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde. Ofício nº 60, datado de 09 de novembro de 2011. Portanto, este mês ainda.

- É lido o seguinte (Ofício nº 60)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Esse documento foi encaminhado ao Secretário Januário Montone e em telefonema feito hoje ao Secretário Adjunto, Dr. José Maria Orlando, fui informado por ele que eles já estão na etapa final da elaboração da resposta a estes quesitos apresentados em ofício. Portanto, do mesmo jeito que nós solicitamos e realizamos audiência com o Secretário de Estado da Saúde, com a presença de uma comissão, nós, por meio desse documento, solicitamos e estamos aguardando o agendamento e as respostas solicitadas, de uma audiência com o Secretário Municipal de saúde.

Vejam que os assuntos aqui tratados têm a ver diretamente com o tema desta audiência pública, que é exatamente saber quais são os termos das tratativas que vem sendo mantidas entre o Governo do Estado e a Prefeitura do município de São Paulo.

Eu quero anunciar a presença do Chefe de Gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, que é o Sr. Élvio Nicolau.

Passo a palavra ao Sr. Frederico Lima, que representa e é o coordenador do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo.

O SR. FREDERICO LIMA – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador Carlos Neder em não vou ser repetitivo. Como o Vereador Neder disse, meu nome é Frederico Lima, atualmente estou Conselheiro Municipal de Saúde e exercendo a função de coordenador da Comissão Executiva do Conselho.

Quanto a essa questão do Sorocabana eu gostaria de dizer que, na verdade, nós temos uma sofrida situação da população de São Paulo com a falta de atendimento hospitalar. Tanto é que o atual Governo, na sua campanha, acabou trabalhando proposta da criação de três novos hospitais e até hoje isso não saiu do papel e por conta disso, me parece, melhor, segundo informação do Secretário Adjunto, estão trabalhando a possibilidade da compra de leitos para suprir essa necessidade em São Paulo e a gente percebe que, por outro lado, um hospital como o Sorocabana está nessa situação toda.

Voltando aqui às informações da Dra. Renata, representando a Secretaria de

Estado, e do Dr. Domingos Costa Hernandes, a Secretário Municipal num esforça de estar tentando trabalhar essa questão da reintegração de posse e integra desse espaço à Secretaria Municipal de Saúde para colocar em atividade novamente esse hospital, eu diria o seguinte: que eu, enquanto representante do Conselho Municipal, gostaria de deixar claro a importância da participação dos senhores e senhoras, cidadãos comuns e que são usuários do SUS, no sentido de forçar e estar presente nessas tratativas, até porque nós temos que ser, diria, ponto importante para o fechamento dessa questão. Não podemos permitir que se faça, o que se chegue a uma conclusão na questão vertical, ou de cima para baixo, acho que a gente tem que se fazer ouvir enquanto cidadãos e cidadãs, com direitos, de como a gente gostaria de ter reaberto esse hospital.

Como já disse, nós gostaríamos de ter um hospital geral e não um hospital de retaguarda e essa é a importância da nossa participação.

Por outro lado, eu repito sempre de que o primeiro artigo da Constituição diz que todo poder emana do povo, que o exerce através de seus representantes, ou diretamente de acordo com a Constituição e nós aqui, nestes encontros todos, não estamos fazendo nada mais, nada menos do que exercendo nosso direito e demonstrando que somos cidadãos e enquanto cidadãos queremos ser respeitados.

Eu não vou me alongar, até para não ser repetitivo, porque acho importante ouvir os senhores e senhoras, porque fazem parte ativa dessa luta e dessa resistência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Eu agradeço a exposição inicial de todos os componentes da Mesa. Nós temos até às 15h. Portanto, temos uma hora e 15 minutos de trabalho. Às 15h tem início o trabalho no plenário, portanto, nenhuma comissão ou audiência pública pode ser feita concomitantemente ao funcionamento das sessões plenárias.

Vejam que, nas exposições feitas pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Estado da Saúde, não há menção das iniciativas deste Parlamento.

Eu gostaria de ressaltar aqui que a Câmara Municipal de São Paulo vem

acompanhando com preocupação a situação do Hospital Sorocabana, antes mesmo desta legislatura. E neste ano legislativo, diante da apresentação de um projeto do Sr. Prefeito que declarava de utilidade pública o Hospital Sorocabana, os Srs. Vereadores entenderam que não era o caminho correto, porque o Prefeito Gilberto Kassab pretendia declarar de utilidade pública para, depois, desapropriar o prédio do Hospital Sorocabana.

Por essa razão, apresentei um Projeto de Decreto Legislativo, que foi aprovado pelos Srs. Vereadores e transformado no Decreto Legislativo nº 62/11. Este Decreto Legislativo tornou sem efeito o decreto do Sr. Prefeito que declarava o Hospital Sorocabana de utilidade pública para fins de desapropriação.

Se tivéssemos seguido aquele caminho, a Associação Beneficente Hospitais Sorocabana, uma entidade cuja presença e participação desse processo ainda está sendo objeto de investigação, receberia recursos do Poder Público a título de indenização no processo de desapropriação.

Na forma como conduzido pelo Parlamento Municipal, tornando sem efeito o decreto do Sr. Prefeito e obrigando a um entendimento entre a Prefeitura e o Governo do Estado, sem a intermediação desta entidade privada, não há de se falar em nenhum aporte novo de recursos para a Associação Beneficente Hospitais Sorocabana. Desde então, tudo vem sendo feito de modo articulado entre o Governo do Estado e Prefeitura de São Paulo.

Ocorre que a Câmara Municipal de São Paulo recebeu uma informação, razão de ser desta audiência pública, de que houve um entendimento entre o Estado e a Prefeitura de tal maneira que o Estado recuperaria a posse do Hospital Sorocabana, que foi entregue à Associação em 1955.

Faria isso de acordo com as cláusulas da própria doação, que dizia que se o Hospital deixasse de funcionar, o próprio voltaria para a fazenda do Estado. E no entendimento que houve entre o Estado e a Prefeitura teria se chegado a um acordo em que o Hospital seria entregue à Prefeitura, porém, com algumas condições: Primeiro, que fosse transformado num

hospital de retaguarda para a Faculdade de Medicina da USP – Hospital das Clínicas, que é a faculdade onde estudei e o hospital onde me formei. Segundo, para transformar o Hospital Sorocabana num hospital de retaguarda do Hospital das Clínicas, haveria um compromisso prévio da Prefeitura de São Paulo de entregar a gestão do Hospital para uma organização social: a Fundação Faculdade de Medicina da USP.

É claro que a Prefeitura de São Paulo poderia reabrir o hospital pela administração direta, como acontece hoje com a Maternidade Vila Nova Cachoeirinha; ou por uma autarquia especial, como acontece com 12 dos 17 hospitais da Prefeitura; ou poderia entregar o Hospital para a gestão de uma organização social, como ocorre com cinco dos 18 hospitais.

A informação que chega à Câmara é de que já existe um entendimento entre a Prefeitura e o Estado para que o Hospital seja entregue a uma organização social, no caso a Fundação Faculdade de Medicina da USP, e para transformá-lo num hospital de retaguarda para o Hospital das Clínicas, e não hospital geral, como defendido aqui pelos representantes do Conselho Municipal de Saúde.

Por outro lado, precisamos entender o que acontecerá com os trabalhadores da Fepasa, com os aposentados da Fepasa, com os antigos trabalhadores do Hospital Sorocabana, no que diz respeito a direitos adquiridos que têm, seja como contribuintes, à medida em que nesse período todo houve descontos nos seus holerites para a Prodesp, para um plano de saúde a ser ofertado dentro do Hospital Sorocabana; seja em relação a pessoas que trabalharam na construção e no funcionamento daquele hospital.

Esse é o debate. Não dá para ficarmos na superficialidade daquilo que é formal. O debate que se faz hoje é sobre o futuro: prazos para reabertura do Hospital, vocação do Hospital, perfil de atendimento do Hospital, e se as partes interessadas poderão ou não participar dessa discussão e decisão, seja Câmara Municipal de São Paulo, Conselhos de Saúde, Sindicato dos Trabalhadores ou a Imprensa, que vem acompanhando intensamente os debates. Menciono aqui o *Jornal da Gente*, jornais da região da Lapa e outros jornais do

Município de São Paulo que acompanham todo esse debate sobre a reabertura e o funcionamento do Hospital.

Anuncio a presença do Presidente da Comissão de Administração Pública, nobre Vereador Eliseu Gabriel, a quem agradeço a presença e que me pediu para coordenar os trabalhos desta audiência.

Vou passar a palavra aos inscritos.

Tem a palavra o Sr. Roberto Galdi, da Associação de Moradores da Vila Ipojuca.

O SR. ROBERTO GALDI – Boa tarde a todos. Represento a Sociedade Amigos da Vila Ipojuca, fundada em 1958; e o Hospital Sorocabana foi criado em 1955. Então nós temos uma ligação muito grande com o Hospital Sorocabana.

Tínhamos um coral local que estava abandonado no governo da Marta, que faria uma casa cultural, Então, junto com o nobre Vereador Eliseu Gabriel, trabalhamos para criar um programa para o idoso, porque não se oferece nada para o idoso, ele não tem perspectiva de vida nesta cidade e no País.

Não existem recursos, não existem hospitais, não existe nada que se adapta ao idoso. Então falta para o idoso um local em que ele possa recorrer. Por isso, tivemos a ideia de transformar esse local chamado Centro Dia de Proteção ao Envelhecimento Saudável. Ele foi criado junto ao Vereador Eliseu Gabriel, junto à Subprefeitura de Pinheiros, no primeiro mandato do Prefeito Kassab, e já completa três anos de existência.

Portanto, sugiro ao nobre Vereador a criação de um Centro de Pesquisa e Proteção ao Idoso, porque a maior parte do pessoal já está envelhecendo, eu também e todos envelhecerão um dia.

O Hospital de Sorocabana seria esse Centro de Proteção ao Envelhecimento do Idoso, da Criança e do Adolescente, para tentarmos impedir essa onda de droga no País. Seria um centro apoiado pelo Hospital das Clínicas ou pela Faculdade de Medicina da USP, onde há o segundo maior geriatra do Brasil, Dr. Wilson Jacob Junior, que desenvolve esse trabalho na

Cerro Corá e poderia fazer no Sorocabana.

Seria interessante a todo o pessoal que pertenceu à Fepasa, pois eles poderiam integrar esse quadro de assistência médica à criança, ao adolescente e ao idoso. E foi o nobre Vereador que nos apoiou no início desse Centro, e nós queremos criar vários Centros de Pesquisa e Proteção ao Idoso, à Criança e ao Adolescente para sanear São Paulo dessa sujeira das drogas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a participação. De fato, estamos envelhecendo. Para o senhor ter uma ideia, o Dr. Wilson e eu treinamos remo no rio Tietê, no Clube de Regatas Tietê.

Anuncio a presença do Sr. Ivan Cáceres, Assessor Parlamentar da Secretaria Municipal de Saúde.

Tem a palavra o Sr. Oswaldo Lourenço, Presidente do Sindicato dos aposentados do ramo ferroviário, vinculado a CGTB.

O SR. OSWALDO LOURENÇO – Sr. Presidente, demais membros da Mesa, companheiros, nós, tanto do Sindicato como da Central Geral dos Trabalhadores, estamos solidários acompanhando essa luta da categoria dos ferroviários principalmente, grande parte associados de nossa entidade. E estamos estranhando, porque as autoridades, até agora, não têm uma definição exata de quando será reinaugurado, colocado à disposição de todo o povo da Lapa, esse sindicato.

Há 10, 15 dias, estivemos com o nobre Vereador Carlos Neder e mais alguns companheiros na Secretaria da Saúde. O próprio Secretário não sabia que os aposentados estão contribuindo até hoje. Ele iria examinar para, depois, então, dar a sua opinião.

Ora, pelo que sei, qualquer cidadão que faz a sua contribuição deve receber alguns benefícios. Como não se sabe o que está sendo feito com o dinheiro desses companheiros que estão contribuindo com a finalidade de ter um tratamento hospitalar, uma obrigação do Estado

mesmo que não haja contribuição.

Estamos de acordo com o levantamento dos companheiros do Conselho da Saúde, da Sra. Maria. E esse hospital deve ser como ele era antes, atendendo a todos, principalmente às famílias dos ferroviários. Temos aqui uma lista de 52 ferroviários com mais de 80 anos, alguns com mais de 90, que gostariam de estar aqui, porém, não têm boa condição de saúde.

Como fica a situação dos companheiros que estão contribuindo sem receber nada em troca?

Será que eles terão o atendimento com a sua família garantido a vida toda? O hospital foi criado por eles, por meio das suas contribuições. Isso deve ser respeitado.

Companheiros, nós estamos de acordo com a posição de que o hospital deverá ser geral, com atendimento para todos, mas que as famílias daqueles que construíram, que pagaram para que o hospital existisse, enquanto vida tiverem que tenham uma assistência digna dentro desse hospital.

Quero dizer aos companheiros que amanhã teremos uma assembleia. Dentre outros assuntos, discutiremos esse que estamos tratando aqui.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) - Agradeço a sua participação. O próximo inscrito é o Adauto José Durigan, foi subprefeito da Lapa e atualmente trabalha como assessor, na equipe do Deputado Estadual Luiz Claudio Marcolino, que é do Partido dos Trabalhadores e na Assembleia Legislativa vem tomando várias providências no sentido de que o Governo do Estado esclareça esses aspectos que estamos pautando aqui também.

O SR. ADAUTO JOSÉ DURIGAN - Boa tarde a todos, falo em nome do Deputado que pretendia estar presente, mas por problemas de agenda não pode comparecer.

Como o Vereador Carlos Neder comentou, o Deputado vem desenvolvendo todo um trabalho na perspectiva também associada à luta da abertura do Hospital Sorocabana que é histórico na região da Lapa. Qualquer morador, como no meu caso não nascido, mas criado

na Lapa desde a década de 50, faz parte da história da Lapa. Não há uma família com quem se converse na Lapa que não tenha alguma referência com o hospital. Seja com um parente, de um amigo ou conhecido. O hospital faz parte da história da Lapa muito mais do que quem faz parte do poder imagina.

Nesse sentido, em maio deste ano o Deputado fez um ofício ao Governo do Estado pedindo informações, na linha que o Vereador Carlos Neder, já como Deputado, levantava no ano passado.

Depois de muito insistir e reivindicar, desconfio que depois foi marcado um ato público no dia 27 de agosto que aconteceu em frente ao hospital, muitos dos que estão presentes participaram, recebemos a resposta das providências – especialmente da Procuradoria – que reconhecia que o hospital era do Estado e que estavam fazendo os trâmites no sentido de recuperar o espaço para o Estado, como acabou acontecendo.

No dia 27 de agosto o ato foi bastante representativo, avaliamos que tinha mais de mil pessoas presentes. A partir daí houve o processo de reintegração de posse, que aconteceu no dia 15 de setembro, conforme liminar. No dia 4 de outubro, os oficiais estiveram presentes e recuperaram o hospital.

A partir daí, o Deputado fez o que seria possível fazer no processo. Inclusive algumas pessoas presentes também estiveram na audiência pública na Assembleia Legislativa com relação ao Orçamento, pois o Deputado é vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, da Assembleia Legislativa.

O Deputado argumentou muito bem para as pessoas presentes, sobre a necessidade de haver uma emenda parlamentar no sentido de obter recursos para reformar o hospital, porque está abandonado, precisa de um recurso grande para voltar a funcionar, tanto na reforma física, como na volta dos equipamentos.

Em seguida, o Deputado fez a emenda parlamentar que foi aprovada pelo coletivo, isso é muito importante, de todos os membros da Comissão de Finanças e Orçamento. Não é

emenda parlamentar do Deputado, mas da Comissão, que tem representantes do PSDB, do PV e assim por diante, tanto do Governo como da Oposição. Trata-se de uma emenda de 100 milhões de reais, na perspectiva de reformar o hospital e de comprar equipamentos para voltar a funcionar.

Estamos acompanhando a luta do Vereador Carlos Neder, em conjunto, para que o hospital volte a funcionar a atenda a população da região.

Em relação à contribuição, que já comentamos com o Vereador Neder, já foi oficializado e não recebemos resposta ainda. A questão principal é a seguinte: para onde está indo o dinheiro? É o mais importante.

A questão de contribuir é jurídica, não vou afirmar, é só uma opinião. Creio que suspender a contribuição é complicado, pode-se incorrer no risco de perder o direito, porque no momento em que se vai contribuindo, mantém-se o direito.

Então, estamos questionando principalmente para saber para onde está indo o dinheiro.

Quero, em nome do Deputado, morador da Vila Leopoldina há mais de 10 anos, nos colocar totalmente solidários à luta, vamos leva-la até o fim e, com certeza, seremos vitoriosos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Anuncio a presença de duas Colegas Vereadoras, que compõem a Comissão, Edir Sales e Marta Costa e do chefe de gabinete do Vereador Abou Anni, o Sr. José Roberto.

Combinamos que teremos a participação novamente dos componentes da Mesa, antecedendo a isso a participação dos Srs. Vereadores, mas nesta fase estamos ouvindo a participação do plenário e vamos respeitar o horário até às 15h.

A próxima inscrita é a Sra. Kesia Alves, da Comissão de Políticas do Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. KESIA ALVES – Boa tarde a todos, saúdo a Mesa na pessoa do presidente da Comissão, Vereador Eliseu Gabriel, farei um pronunciamento oficial da Comissão de Políticas do Conselho Municipal de Saúde.

“Considerando que o Plano Municipal de Saúde 2010/2013 foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde com ressalvas, e que a ressalva nº 10 aponta: construir um hospital geral público na Lapa, em Varginha, Parelheiros e no Jabaquara, qual a proposta de construção de hospitais gerais públicos para atender a reivindicação da 14ª Conferência Municipal?; considerando que o Hospital Sorocabana, na região da Lapa, fechado há muitos meses, representava referência importante para a Cidade e principalmente para vários distritos das regiões Centro-Oeste-Norte; considerando que a região da Lapa e seu entorno não têm hospital público e o pronto-socorro da Lapa não é adequado para atender a toda demanda da população referenciada; considerando que a atenção à saúde oferecida pelo Hospital Sorocabana respondia às ações de consultas médicas especializadas, consultas de urgência, exames diagnósticos, internação, radiologia, ultrassom, análises e outros; considerando que a Comissão de Políticas vem acompanhando criteriosamente a evolução das tratativas desenvolvidas pelas Secretarias de Estado e Municipal de Saúde, visando a reabertura desse importante hospital, a Comissão de Políticas de Saúde entende que as atuais condições do desenvolvimento do SUS exigem que esse hospital seja imediatamente reintegrado à rede municipal de atenção à saúde, voltado aos municípios e que seja um hospital público e mantenha-se como hospital geral.”

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Solicito que seja entregue à Mesa cópia desse documento, para ser encaminhada formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria de Estado da Saúde e às demais entidades presentes interessadas.

O Vereador Eliseu Gabriel, presidente da Comissão de Administração Pública, precisará ausentar-se, pois há reunião agendada do Colégio de Líderes. Vamos furar o

protocolo e antecipar a fala do Vereador Eliseu Gabriel, dado que é importante ouvi-lo antes da sua saída.

O SR. ELISEU GABRIEL - Boa tarde a todos. Cheguei atrasado porque toda terça-feira tenho uma reunião marcada às 12h30 e outra às 14h. Nossos horários de reuniões normais são às quartas, marcamos hoje na terça porque não tinha outro horário.

Estamos muito atentos na questão do Hospital Sorocabana e o Vereador Neder tem o papel central nisso, pois foi quem trouxe todo esse debate para a Câmara, que tem nos informado de tudo o que acontece, graças a ele nós todos estamos assumindo essa luta.

Inclusive a própria ideia de em fevereiro instalarmos uma CPI - apoio firmemente essa proposta - e dar uma solução para a angústia que tem sido criada na zona Oeste, onde outros hospitais também fecharam. É uma situação dramática que a zona Oeste vive.

Estão presentes as Vereadoras Marta e Edir que são muito atuantes e mostram o interesse da Comissão de Administração, da qual o Vereador Neder e eu fazermos parte, para levarmos adiante essa luta.

Sairei em seguida, ficará o meu chefe de gabinete, o Elvo Moisés, que anotará e se posicionará, eventualmente, em alguma questão. Estou junto nessa luta, acompanhando o trabalho que o Vereador Neder faz com tanto brilho.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço ao Vereador Eliseu Gabriel que tem dado todo apoio no âmbito da Comissão para a realização desses trabalhos.

Anuncio a presença do Sr. Antonio Donizete que é do gabinete do Vereador Jamil Murad.

Próxima inscrita é a Sra. Maria Bertolina de Moraes, que compõe o Conselho Municipal de Saúde.

Temos ainda quatro inscritos, as inscrições serão encerradas durante a próxima fala, para que possamos cumprir o horário.

A SRA. MARIA BERTOLINA DE MORAES – Boa tarde a todos, sou a Bertô, estou conselheira Municipal, representando a região Oeste.

A nossa preocupação, a minha e creio que toda a população da região, é referente ao dinheiro público que foi injetado nesse hospital e que até hoje não sabemos onde, como e para onde foi. Mas para isso a gente espera, quer e vai trabalhar para que também aconteça e que se instale a CPI em fevereiro, encabeçada pelo Vereador Neder e nós, também, moradores, população, conselheiros de saúde, queremos e exigimos sim que esta Casa instale a CPI.

Vamos trabalhar para que isso aconteça porque precisamos e queremos saber para onde foi toda a verba pública injetada nesse hospital.

Quero reafirmar que queremos e precisamos acompanhar e participar sim do processo da reabertura do hospital, que o Vereador Neder falou, assim como a Cícera e o Fred. A população, os conselheiros municipais e os conselheiros estaduais, querem e precisam participar do processo, porque a região precisa de um hospital geral.

Então, pergunto: se as tratativas já estão acontecendo, como foi dito aqui, para que esse hospital seja de retaguarda, nós, daquela região, continuaremos da mesma forma?

Dissemos ao Secretário Estadual e, também, para o Dr. José Maria, que o Hospital das Clínicas não é referência para a nossa região.

Assim, se o nosso hospital for de retaguarda, ficaremos sem hospital de referência na região.

Também quero saber sobre os equipamentos que saíram do hospital, e não sabemos para aonde foram. Recebi uma informação de um amigo de que uma das ambulâncias foi vendida e que em dezembro será a caldeira. Então, estão dependendo o hospital. Gostaríamos de explicações sobre isso.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) - Obrigado.

São denúncias gravíssimas. Poderíamos considerar que o hospital era particular; a instituição era privada e que, portanto, não deveriam satisfação ao Poder Público. O que não é real. Muito do que foi feito lá, o foi com verbas públicas também. Espero que tanto os representantes do Estado quanto do Município que estão aqui, anotem o que está sendo dito, para sabermos se há providências em curso.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Fiora, do Jornal da Gente, que tem colaborado nas denúncias e acompanhando os trâmites para que o hospital volte a funcionar.

O SR. EDUARDO FIORA – Obrigado, Sr. Vereador, pela oportunidade, e parabéns pelo seu trabalho; aos demais Membros da Mesa e presentes, boa tarde.

Dra. Renata, não sei se a Secretaria tem ideia de qual é a população da Subprefeitura da Lapa: são 305 mil pessoas que ocupam uma área de 40,1 km quadrados, sem contar a população flutuante - a título de comparação: uma cidade como São Caetano, no ABC, tem 12 ou 13 Km quadrados –, e não temos nenhum leito SUS para internação.

A Administração do Prefeito Gilberto Kassab e os Vereadores ligados a seu partido batalharam, durante a sua gestão, para que os extremos da Cidade tivessem atendimento, mas há a necessidade de entenderem o que está acontecendo no centro da Cidade: não há um hospital SUS em 40,1 km quadrados.

O Hospital Sorocabana sempre foi retaguarda do HC, que contratava leitos do Sorocabano – 20 ou 30 leitos. Acho que um modelo aceitável é que o Estado continue contratando leitos, pelo menos, 30% dos leitos disponíveis do hospital.

Há um entendimento de que não será um hospital para São Paulo nem para os lopianos, mas, sim, para a Grande São Paulo – Franco da Rocha, Caieiras, Francisco Morato, Osasco, todos os Municípios por aonde o trem passa serão servidos por esse hospital. No dia do fechamento, uma senhora grávida perguntou o que estava acontecendo. Era uma moradora de Osasco que vinha dar a luz no Hospital Sorocabana.

Então, há a necessidade, Dra. Renata, que o Secretário entenda a importância de,

nesse acordo com o Município, que esse hospital seja de caráter geral, com pronto-socorro, maternidade, internação e exames diagnósticos, como antes havia uma central de monitoramento de imagens muito importante, inclusive, implantado e mantido com dinheiro da União, algo recente em torno de 3 anos.

Dr. Domingos, não se falou em prazo. Gostaria de ouvir um prazo para que a população possa esperar para reabrir, quer dizer, o que o Estado e o Município, hoje, colocam como prazo.

O Sr. Prefeito Kassab disse a mim, numa entrevista concedida a cerca de 30 ou 40 dias no máximo: “É questão de dias”. O que era questão de dias? A assinatura do acordo entre as duas partes e a efetiva retomada do hospital. Parece que o Município tem algum recurso para investir. Então, ansiosamente, gostaríamos de saber o prazo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Obrigado.

Também estão presentes: o Assessor Euzébio de Freitas, do gabinete da Vereadora Sandra Tadeu e o Assessor João, do gabinete da Vereadora Juliana Cardoso.

Tem a palavra a Sra. Leide Masson, do Movimento dos Hansenianos.

A SRA. LEIDE MASSON – Boa tarde a todos. Sou do Movimento dos Hansenianos. Vou falar um pouquinho do Hospital Sorocabana. Moro no Jaraguá. Todas as vezes que usamos o Sorocabana nunca perguntaram de onde éramos. Simplesmente, éramos bem atendidos. Esse Hospital faz muita falta, porque sobrecarregou o Taipas e Dr. Nelson Hungria. Hoje, para marcar uma consulta de fisioterapia de reabilitação ficamos anos esperando na fila. Então, a reabertura desse hospital é de uma importância muito grande, não só para a região da Lapa como para o entorno, porque esse hospital tem uma história de atendimento muito boa. Que ele seja reaberto como hospital geral, com 100% SUS, com pronto-socorro, como sempre foi.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. Espartaco Ângelo Martineli, Ferroviário, membro da última administração do Hospital Central Sorocabana.

O SR. ESPARTACO ÂNGELO MARTINELI – Boa tarde a todos. Obrigado, Vereador Neder; Dr. Domingos, das muitas lutas que tivemos no hospital e demais Membros da Mesa, nós, Ferroviários.

Como o Agostinho disse que éramos do Sindicato: “Não. Estábamos rompidos com o Sindicato”. Fomos chamados em Olinda, onde moro, para ajudar na eleição do hospital. Viemos, nos dedicamos e continuamos nos dedicando até o último dia, o dia do fechamento do hospital.

Estava em Olinda, quando soube desta reunião. Vim para São Paulo com minha esposa, para participar. Estou aqui, defendendo o hospital em nome dos Ferroviários, e não da última administração nem da penúltima, essa briga é muito antiga.

A deficiência do hospital começou nos anos 90, quando um Secretário fez uma co-gestão no hospital, e, nos anos 90, começaram as complicações que foram piorando e piorando, sem nunca ter salvação. Por lá passaram presidentes, interventores, o último presidente foi um Bispo, o que foi o fim do mundo.

Tivemos muitos atritos com a administração, com o Sindicato, que chegou ao ponto de falar que preferia entregar o hospital para o Estado do que recuperá-lo conosco lá dentro. Hoje, não há ninguém do Sindicato aqui. Quando peguei o avião em Olinda, tinha a certeza de que não teria ninguém do Sindicato aqui.

Mas, vamos ao que interessa: com o fechamento do hospital, temos, hoje, em torno de mil associados, cuja maioria tem mais de 70 anos. Antes de ser Ferroviário, sou lapiano, nascido na Rua Catão e sempre lutei pelo hospital. Dei minha cara à tapa muitas vezes, com meus amigos, para defender a entidade. Até o último dia, o Ângelo estava lá. Quando a imprensa chegava também estava lá.

Procurei os médicos e os trouxe no gabinete do Vereador, os quais se prontificaram a recuperar o hospital, mas nos deram as costas. Quem estava lá dentro, não aceitava os médicos, mas ninguém se prontificou a ajudar o hospital.

Quando o Sr. Kassab estava destinando verbas a hospitais, fui à TV Gazeta e disse: “Não precisamos de muito dinheiro, não. Precisamos de 6 milhões, e esse dinheiro tem de ser aplicado com honestidade”. Como disse a representante: “Queremos saber aonde foi o dinheiro”. Queremos, sim, desde a década de 90 até os dias de hoje.

Como Ferroviário, estamos de pleno acordo com essa sindicância que será feita. Quero fazer parte, como a comunidade ferroviária quer fazer parte desta Comissão. Coloco-me à disposição para isso, porque quero a recuperação do Hospital Sorocabana, porque, como dizem, ele atende todos, indistintamente. Não deixa de atender um paciente. Durante o tempo que permaneci na administração soube que ele representa atendimento para a gente dos Municípios da Grande São Paulo.

Esperamos, sim, que, com esta luta, o hospital seja reaberto, como um hospital de referência, que atenda toda população e não deixe desamparada a categoria ferroviária que, até hoje, está tendo desconto nos holerits.

Estou à disposição de vocês, para quando quiserem.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço suas observações.

Recebemos uma relação desses mil trabalhadores ferroviários, e é impressionante a faixa etária deles: 87, 91, 88, 95 anos. Encontraremos uma maneira de tornar isso público, pois demonstra que há uma urgência para que essa situação seja devidamente equacionada, no que diz respeito, também, ao direito dos trabalhadores da antiga FEPASA.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Gostaria que o senhor falasse ao microfone, para que fique registrado nos Anais da Câmara.

O SR. ESPARTACO ÂNGELO MARTINELI – Essa categoria está com mais de 70, 80 anos – sou um dos mais novos porque tenho 64 anos – ajudou a construir o hospital. Eram descontados dias de salário em seu holerith, e o dinheiro era repassado para a construção do hospital e, quando tinha alguma dificuldade, nós, ferroviários, ajudávamos com cerca percentagem para alguma coisa que precisasse fazer lá: comprar um aparelho, consertar uma parede, pintar uma porta. E essa obra está lá, de pé, graças aos ferroviários, esses que aqui estão com mais de 80 anos porque a obra começou em 1952 e foi inaugurado em janeiro de 55.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Pelas minhas anotações, há um último inscrito. Arlindo Augusto da Silva, ferroviário aposentado.

O SR. ARLINDO AUGUSTO DA SILVA – Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Vereador, agradeço a ele porque tudo que está acontecendo aqui é graças ao esforço dos ferroviários, dos companheiros da Lapa e do Vereador que deu a cara a tapa, que nos deu espaço para possamos resolver os problemas.

Fico muito contente de saber que o Jacaré está rompido com o Sindicato, parabéns, tem que romper mesmo, nunca é tarde para ser feliz! Se existe um problema grave no hospital a grande culpa é do Sindicato porque a última diretoria, se pegar da presidência até o último diretor, é tudo diretor do sindicato. E o amigo Jacaré – a gente fala Jacaré, mas o nome dele é Ângelo, e na intimidade, com os amigos, conhecemos por Jacaré – está correto. Eu vi na televisão, ele falou mesmo que precisava de seis milhões para resolver o problema do hospital. Só que não passaram para ele que a diretoria tomou 15 milhões emprestados e sumiu. Disseram nos jornais que foi com o aval da Secretaria, só que fiquei surpreso porque o Secretário acabou de afirmar agora que sabia que o contrato ia vencer dia 31 de julho e o dinheiro pego em abril.

Graças a Deus que estamos pedindo a aprovação da CPI porque não adianta discutir porque vão tratar dos problemas na CPI. Mas gostaria de dar um alerta, como a companheira acabou de dizer, foi passado o hospital para o Estado, nós sabemos que o Estado está vigilante. Mas digo a vocês que quando recebemos uma casa, temos de saber o que tem dentro dela. Tinha material valioso, equipamento valioso, UTI, setor de ginecologia, o centro cirúrgico. Tenho certeza de que não sabem o que está acontecendo, vocês vão ficar surpresos. Se fizermos uma vistoria do oitavo andar até em baixo não vão encontrar nada, só paredes. Cozinha? Foi tudo embora. E a última diretoria disse que tinha até um bispo, um bispo que tem quatro CPFs e mais de 40 processos, e foi colocado lá pelo Rubens dos Santos Craveiro, amigo íntimo dele. É um problema de CPI.

Mas eu gostaria de saber dos senhores qual vai ser a atitude para salvar alguma coisinha que tem lá. Eu tenho certeza, o hospital estava funcionando, estava legal, com situação carente, difícil. Mas todos conhecem, sabem que havia equipamentos valiosos. A UTI foi inaugurada na época do Mário Covas, eram 12 leitos, todos de primeiro mundo, com tecnologia de ponta. Se formos lá hoje só tem teia de aranha. Quero saber qual é a posição? Há coisas valiosas ainda, a caldeira, por exemplo, a colega recebeu a informações que está indo embora. Ganhamos uma ambulância UTI e não sabemos aonde está! Tenho informações, não é real, mas me parece que foi vendido para uma cidade do interior. O pessoal que assumiu não entrou para administrar o hospital, mas para fazer dinheiro, para abusar dos descontos dos velinhos. Estava sendo descontado até agora o uso do estacionamento e ninguém tomava providência. Graças a Deus que houve intervenção, a fonte secou, tenham certeza de que na CPI vai aparecer tudo, o hospital vai ser reaberto e os velinhos, o povo, a população, vai ser atendida porque o que nós merecemos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – As inscrições estão encerradas. Apenas o Sr. Osvaldo Lourenço pediu para acrescentar uma informação.

O SR. OSVALDO LOURENÇO – Companheiros, pensando no problema dos horários, esqueci de acrescentar que estamos vivendo hoje, em nosso Brasil, com o Governo Federal, com uma mulher presidente que faz esforço para moralizar a política do país. Vejam o que está acontecendo de sem-vergonhice com deputado, com senador, com governadores, e a Polícia Federal tem mostrado que até há juízes envolvidos. Seria inadmissível e uma vergonha se uma grande cidade, como São Paulo, tivesse uma Câmara de Vereadores que negasse uma CPI para apurar tudo o que aconteceu com o dinheiro do povo nesse hospital! (Palmas)]

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço e pergunto à Vereadora Edir Sales se gostaria de usar a palavra? (Pausa) Tem a palavra.

A SRA. EDIR SALES – Vereador-Presidente Carlos Neder, querida amiga Vereadora Marta Costa, Mesa, representante da Secretaria Municipal, Estadual da Saúde, população presente.

Esse hospital tem uma marca para a gente, desde quando o meu marido foi Presidente da FEPASA, Benedito Ribeiro, algum de vocês deve conhecê-lo. De lá para cá, ele tinha muita amizade com Dr. Floriano, o ex-Presidente que já é falecido. Quando eu fui deputada estadual, o Dr. Floriano estava sempre na Assembleia, e nós íamos a reunião com o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Guedes, dos governos Covas e Alckmin, e sempre pedíamos verba para o Hospital. Desde aquela época participei de forma indireta na ajuda de verbas para o Hospital. E ele era um batalhador, e depois não acompanhei mais, depois que faleceu não acompanhei. Lembro-me que sempre estava lá reivindicando para o Hospital.

Essa é uma luta antiga mesmo, é uma causa nobre, e pelo exposto por todos, é uma causa justa e estamos apoiando o Vereador Neder naquilo que for necessário, creio que se há dinheiro público e há dinheiro de vocês. Não é apenas um hospital particular ou privado, há investimento do bolso de vocês e público, do Estado também. Deverá ser feito levantamento o mais rápido possível, uma investigação o mais rápido possível porque temos de aceitar,

comunigar com o que é certo. Naquilo que é certo caminhamos com vocês.

Muito obrigada, parabéns pela participação, pela perseverança porque é assim que conseguimos vencer obstáculos e descobrir o que está errado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – A Vereadora Edir Sales é assídua participante da comissão.

Anuncio a presença do Assessor Décio Cursi, gabinete do Vereador Natalini.

Tem a palavra a Vereadora Marta Costa.

A SRA. MARTA COSTA – Agradeço a oportunidade. Quero endossar as palavras da Edir. Sou nova na política, mas acredito muito na justiça. Trabalho muito por ela. Falo a vocês que o que precisarem estaremos juntos trabalhando. Acho que um hospital não pode findar dessa maneira. A verdade tem que vir à tona, temos que trabalhar, não podemos desanimar, por mais obstáculos que venham temos de estar juntos e trabalhando para que isso não venha a acontecer. O trabalho de vocês não pode ser esquecido. Estamos juntos!

Parabenizo o Neder pelo trabalho realizado. Todos os Vereadores, a Câmara entendeu a importância do trabalho. Se Deus quiser, vamos fazer um bom trabalho. Só quem tem a ganhar é a nossa cidade. Estou com vocês. Agradeço pela oportunidade.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a Vereadora, sempre solidária e trabalhando no sentido também ressaltado pela Vereadora Edir Sales.

Nos 25 minutos que dispomos, vamos priorizar a fala, sobretudo, dos representantes da Secretaria de Estado da Saúde e Municipal da Saúde, também dos ferroviários. Peço que os representantes do poder público pautem o assunto em suas respectivas reuniões. Em algum momento, o pleno de cada um dos conselhos – municipal e estadual da saúde, deveriam ter em pauta algo a ser aprofundado. Fica como sugestão.

Passo a palavra, inicialmente, ao Município de tal maneira que tenhamos parte das

questões esclarecidas.

O SR. DOMINGOS COSTA HERNANDEZ – Bem, esta audiência pública, acho que além de importantíssima vai esclarecer uma série de dúvidas e questionamentos que para nós, técnicos da Secretaria Municipal da Saúde e da Secretaria Estadual da Saúde não são mais dúvidas. Vamos fazer algumas afirmações para que as pessoas fiquem absolutamente tranquilas.

Primeiro, o Hospital Central Sorocabana não será de retaguarda. Será um hospital geral. (Palmas) Ele contempla as especialidades principais, quer dizer, significa um hospital que chamamos tecnicamente de média complexidade. São hospitais em que existem a maior carência, a maior carência da cidade são hospitais com essa característica, abrigando as especialidades de clínica médica, clínica cirúrgica, maternidade, pediatria, ortopedia, pronto socorro... acho que não faltou nenhuma.

Segundo, terá um pronto socorro aberto, não será um pronto socorro referenciado. Não há tratativa formal entre a Secretaria Municipal da Saúde e a Secretaria Estadual da Saúde que o hospital seja de retaguarda do hospital das clínicas da Faculdade de Medicina da USP que, da mesma forma que o Vereador Carlos Neder, eu sou de lá, a minha formação é de lá, fiz minha residência e minha faculdade lá. Isso não foi tratado. Tudo que estou afirmando a vocês é posteriormente a que exista a cessão de uso por parte do Estado. Eu me antecipei porque há todo interesse tanto da Secretaria Estadual da Saúde quanto do Município que ocorra a cessão de uso do hospital para a Secretaria Municipal da Saúde. E uma vez isso ocorrendo, o hospital terá essas características. A forma de gerenciamento do Hospital, como o Vereador disse, é uma decisão da Secretaria Municipal da Saúde que, em sendo por uma organização social, será feita seguindo rigorosamente o que manda a lei 14.132 de 2006, se não me engano, que fala das organizações sociais da cidade, se essa for a decisão.

Portanto, acho que é uma angústia, aquele hospital não é e não será de retaguarda. Quando falamos de uma coisa técnica, que eu acho que é bom deixar claro, que

quando se fala também em leitos de retaguarda, não significa leitos e nem pacientes de segunda categoria. Em um sistema de saúde organizado leitos de retaguarda são fundamentais. Todos os hospitais e serviços de saúde preveem a existência de leitos de retaguarda. A diferença é que ele não será um hospital de retaguarda. São coisas completamente diferentes. Leitos de retaguarda, se não existirem o sistema para.

Em relação à qualidade do serviço alguém falou que caberia ao Poder Público fazer com que aquele hospital funcionasse igualmente ao que sempre funcionou. Não. A ideia nossa é fazê-lo funcionar muito melhor. (Palmas) Não estava funcionando adequadamente. Isso foi documentado, registrado e informado às autoridades competentes dos problemas que havia no hospital sob o ponto de vista técnico. Então, nossa ideia não é fazer igual. Igual, não, muito melhor.

Quanto aos prazos que o Eduardo perguntou. Realmente não tenho como informar porque só posso dizer que a partir do momento em que houver a cessão de uso o Município tem os seus planos para o hospital. Exatamente aquilo que desejamos para o hospital, toda a parte técnica. O prazo, realmente, não sei dizer. Tomara que sejam dias, de fato. Para nós, quanto antes seria muito mais interessante para começar a operar o hospital que tem problemas estruturais, etc. Quanto a equipamentos que são retirados do hospital, infelizmente não tenho como me informar alguma coisa diferente. Boa parte dos equipamentos, o Ângelo sabe, eram locados, inclusive, não eram do hospital. Às vezes as pessoas acham que eram equipamentos do hospital, mas a maioria era equipamento locado. Como não houve o pagamento do aluguel o dono do equipamento retirou. Realmente, não eram equipamentos do hospital. É um hospital que requer, de fato, um investimento estrutural e de equipamentos, muito embora as pessoas não conheçam, o parque de equipamentos daquele hospital é bastante ultrapassado sob o ponto de vista técnico.

Se alguém tiver alguma dúvida sob o ponto de vista técnico, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a participação do Dr. Domingos

Costa Hernandes que é coordenador de urgência e de emergência. A observação feita trata de equipamento ancorado que são de grande porte, como as caldeiras. Isso realmente é preocupante que realmente esteja em curso a retirada de equipamento desse tipo. Há uma explicação expressa por todos de que já havíamos abordado na reunião com o Secretário de Estado da Saúde que é se a Secretaria se opõe à participação de uma comissão representativa da comunidade, com participação da Câmara Municipal para que acompanhemos esse processo de municipalização, de cessão e de retomada de funcionamento do Hospital Central Sorocabana. Se não houver resposta para esta questão agora só gostaria de reiterar o pedido que fizemos de uma audiência à Secretaria Municipal de Saúde que necessariamente nesse dia tenhamos este assunto tratado nesta audiência.

O SR. DOMINGOS COSTA HERNANDES – Com relação à comissão de acompanhamento como o senhor bem disse foi o Ofício 060 que foi encaminhado ao Secretário Januário Montone. A resposta desse ofício está protocolada na Secretaria, se não me engano, no dia 11 ou 12 de novembro, menos de quinze dias atrás, a resposta está sendo preparada pela Secretaria e entre as respostas estará o seu questionamento que será uma resposta do Sr. Secretário. Entre as respostas a esse ofício está a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a sua participação bem como a de outros membros do gabinete da Secretaria.

Tem a palavra a Dra. Renata Gomes dos Santos que é assessora jurídica da Secretaria de Estado da Saúde.

A SRA. RENATA GOMES DOS SANTOS – Solicito que o representante do Município falasse primeiro porque a questão de que o hospital não via ser um hospital de retaguarda do HC, mas vai ser um hospital aberto, geral, seria mais importante.

Sobre a questão dos prazos que o senhor me perguntou e foi bastante incisivo na pergunta, acredito que até o final do ano teremos conseguido fazer a permissão do uso do imóvel para a Secretaria Municipal de Saúde, mas é importante que fique claro que não será

do imóvel inteiro porque não temos a posse do imóvel inteiro. Tem lá uma clínica de nefrologia. Estamos conversando com esta clínica, fazendo da melhor forma possível para não causar nenhum trauma aos cem pacientes que estão lá. A clínica já sabe, está avisada de que tem de sair, ela se comprometeu a sair de lá até fevereiro. Então, certamente até fevereiro teremos a posse do imóvel inteiro. Antes disso, vamos passar o que o Estado já tem posse para o Município. Hoje o processo está no Centro de Engenharia e cadastro imobiliário onde eles fazem o desenho, a descrição daquilo que o Estado tem a posse para fazer um decreto para passar para o município, na forma de permissão de uso. Depois que todo esse trâmite burocrático e judicial estiver resolvido a intenção do Governo do Estado é fazer a doação do terreno para o Município. Isso depende de lei, é um processo mais demorado, não temos a posse integral, não temos a posse definitiva do bem, por isso não está sendo feita agora. A permissão de uso costuma ser bastante rápida. Esta fase que estamos agora é a fase mais demorada, a fase de desenho da área que vai ser transferida. Acredito que até o final do ano tenhamos esse decreto de permissão de uso feito para o Município e até fevereiro vamos ter a posse definitiva do imóvel.

A questão do patrimônio mobiliário que tem dentro do hospital. Hoje temos uma empresa de vigilância e o hospital Sorocabana, nenhum dos administradores pode mais entrar no hospital. Colocamos uma empresa de vigilância, o estacionamento não pode funcionar, quem quiser estacionar e for na clínica de hemodiálise, não pode estacionar. Fiquei bastante surpresa em saber que eles estão tirando coisas de lá. Como o Dr. Domingos falou pode ser que seja equipamento locado mas chegando na Secretaria imediatamente vou olhar. O que soube é que tem oficial de justiça que vai até lá e penhora os bens. Quanto a isso não temos o que fazer. Não temos o que fazer contra isso. Pode ser ação trabalhista, ação de credores que não pagaram e eles vão lá e penhoram os bens. Os bens não saem. Só ficam lá com uma chapinha, um carimbo, às vezes até um pedaço de papel dizendo que está penhorado pelo Poder Judiciário. Isso sei que tem acontecido. Fico ciente de tudo o que acontece de

determinações judiciais em cima daquele hospital. Até agora só sei de penhora. Não soube, ainda, de retirada de equipamentos. De toda a forma, como os senhores estão falando sobre isso, chegando na Secretaria vou conversar com o coordenador que cuida da vigilância do hospital para que isso não ocorra. A entidade não pode entrar lá. Mas não temos como impedir que o oficial de justiça entre e penhore algum bem.

- Aparte fora do microfone.

A SRA. RENATA GOMES DOS SANTOS – A caldeira. Isso são aspectos jurídicos que fogem à possibilidade de tomada de decisão da Secretaria porque são decisões tomadas pelo Poder Judiciário. Não temos como nos opor a esse tipo de decisão.

Acho que das perguntas que os senhores fizeram essas são as que cabem. Tenham certeza de estamos envidando todos os esforços possíveis para passar esse prédio para o Município o mais rápido possível e conversamos bastante com o Município para que esta transição seja feita e, como disse o Dr. Domingos, para que o hospital possa ser reaberto no menor prazo possível. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço a participação. O Dr. Giovanni Cerri tem título de cidadão paulistano concedido por este Vereador. Não somos de um mesmo partido político – provavelmente ele sequer é filiado a um partido – mas há um respeito pela atuação dele preocupado pela questão da saúde pública mesmo que não tenhamos opiniões iguais sobre a melhor forma de fazer a gestão e a gerência do sistema de saúde. Na audiência que tivemos com o Secretário, na presença de uma comissão, a Secretaria se comprometeu com algumas providências. Primeiro, analisar seriamente essa possibilidade de no futuro fazer a doação do terreno mediante autorização legislativa. Vejo com satisfação que o Secretário não abandonou essa perspectiva, pois uma coisa é fazer uma cessão a título precário de permissão de uso e outra é a doação definitiva do imóvel para que seja o 19º hospital da Prefeitura de São Paulo. Em segundo lugar o Secretário e o Dr. Melo se comprometeram conosco de interceder junto à Secretaria de Gestão e, também junto à Prodesp, para

esclarecer o que está sendo feito com o desconto no holerite desses trabalhadores aposentados. Em que conta esse dinheiro está sendo aplicado? Se eventuais ganhos de aplicação financeira estão sendo incorporados ao principal. Há uma apreensão por parte desses trabalhadores em relação a esses recursos e a destinação que está sendo dada. Nós, na medida em que não estamos conseguindo trazer aqui o diretor presidente da Prodesp, ficamos ainda mais dependendo de uma atitude por parte da Secretaria de Estado da Saúde no âmbito do Governo do Estado. Estamos tentando essa informação juntamente ao Secretário da Casa Civil, Secretário Sidney Beraldo mas acho que a Secretaria da Saúde poderia nos ajudar a esclarecer este aspecto.

Por fim, se a Secretaria da Saúde também não se oporia à participação de uma comissão representativa da sociedade, inclusive com a participação desta Câmara Municipal, para acompanharmos todos os trâmites desse processo de municipalização e reativação do hospital.

A SRA. RENATA GOMES DOS SANTOS – Vereador, vou cobrar a resposta deste desconto da Prodesp. Realmente, esse assunto não chegou ao meu conhecimento. Acho bastante sério pois são pessoas que estão contribuindo e esse dinheiro tem de ter ido para algum lugar. Certamente foi me informar para que chegue ao senhor. Não sei se seria oportuna uma comissão porque nossa última atuação nisso será a passagem do hospital. Posso me comprometer, evidentemente vou levar ao conhecimento do Secretário que tomará esta decisão. Mas o que posso me comprometer com o senhor é lhe informar o andamento do processo de permissão de uso a todo novo andamento dele. Isso posso me comprometer agora.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Neder) – Agradeço, acho importante também a informação sobre a Prodesp e o desconto mas o Secretário, quando lembrado de que a municipalização desse hospital se deu em 2003 e que até 2003 a responsabilidade era integral da Secretaria de Estado da Saúde, sobre o uso devido ou indevido que se fez de verbas

públicas no hospital ele se mostrou bastante preocupado na medida em que o assunto vem sendo tratado no âmbito do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. Até nesse sentido, a Câmara Municipal de São Paulo, se instalar uma CPI analisará de 2003 para cá, que é da gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy quando se deu a gestão plena do sistema de saúde e a Prefeitura passou a ser responsável pelo contrato. Entretanto, antes de 2003 a responsabilidade era da União e do Governo do Estado de São Paulo. Daí porque interessa a todos os segmentos aqui representados que tenhamos mecanismos de acompanhamento e participação de todos, uma vez que recursos importantes, vultuosos do Governo do Estado foram aplicados naquele hospital sem que saibamos como foram utilizados.

Agradeço a todos que aqui estiveram. Conseguimos cumprir rigorosamente o horário. Foram praticamente 2 horas de debate. Agradeço a presença da Vereadora Edir Sales, da Vereadora Marta Costa, Vereador Eliseu Gabriel e de todas as entidades, em especial os representantes da Secretaria de Estado, da Secretaria Municipal e dos trabalhadores da antiga Fepasa. Obrigado. Está encerrada a presente audiência pública.
